

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	31
I – O DIREITO ELEITORAL E SUAS NORMAS.....	33
II – A JUSTIÇA ELEITORAL.....	37
III – PRINCÍPIOS DO PROCESSO ELEITORAL.....	39
3.1 Princípios e Regras.....	39
3.2 Princípios Constitucionais Materiais do Direito Eleitoral.....	39
3.2.1 Princípio democrático.....	39
3.2.2 Princípio da lisura das eleições.....	41
3.2.3 Princípio da moralidade eleitoral.....	41
3.2.4 Regra da anualidade.....	43
3.3 O Direito da Duração Razoável do Processo Eleitoral (Lei 9.504/97, Art. 97-A): Uma Norma Fundamental Específica para o Direito Eleitoral.....	46
IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICÁVEIS NA SEARA ELEITORAL.....	49
4.1 Princípios do Direito Processual Civil Agasalhados na Constituição Federal.....	49
4.1.1 Introdução.....	49
4.1.2 Princípio do devido processo legal.....	50
4.1.3 Princípio da igualdade.....	50
4.1.4 Imparcialidade.....	51
4.1.5 Princípio do juiz natural.....	53
4.1.6 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	53
4.1.7 Princípio do contraditório.....	53
4.1.8 Princípio da motivação das decisões judiciais.....	54
4.1.9 Princípio da publicidade.....	55
4.1.10 Princípio da duração razoável do processo.....	56
4.1.11 Princípio da adaptabilidade do procedimento.....	57
4.1.12 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	57

4.2	Regras do Direito Processual Civil Comuns ao Direito Eleitoral.....	58
4.2.1	Regra referente à eficácia dispositiva do processo também chamado de “princípio” dispositivo ou “princípio” da demanda	58
4.2.2	Regra inquisitiva.....	59
4.2.3	Regra (ou “princípio”) da instrumentalidade das formas.....	60
V – DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL		63
5.1	Direito Eleitoral e Processo.....	63
5.2	Direito Eleitoral: Jurisdição, Processo e Ação	64
5.3	Conflito de Competência	66
5.4	O procedimento no Direito Eleitoral.....	68
5.5	Fases do Processo Eleitoral.....	69
5.6	Temas Polêmicos do Direito Processual Eleitoral.....	70
5.6.1	Assistência.....	70
5.6.1.1	Generalidades.....	70
5.6.1.2	A assistência no processo eleitoral	71
5.6.2	Processo eleitoral e ativismo judicial.....	75
5.6.3	A distribuição dinâmica do ônus da prova e o processo eleitoral	77
5.6.3.1	A inversão do ônus da prova no Processo Eleitoral.....	78
5.7	O Art. 105-A, Lei 9.504/97: Proibição de Procedimentos de Ação Civil Pública no Direito Eleitoral	81
5.7.1	O art. 105-A da Lei 9.504/97.....	83
5.7.2	O contraditório no Inquérito Civil Público	85
5.7.3	A inconstitucionalidade do art. 105-A	88
5.7.4	O art. 105-A da Lei 9.504/97 e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	90
5.8	Intimação Pessoal do Ministério Público	91
VI – AÇÕES ELEITORAIS		97
6.1	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC	97
6.1.1	Introdução.....	97
6.1.2	Previsão legal	98
6.1.3	Conceito	99
6.1.4	Natureza jurídica	99
6.1.5	Bem jurídico	100
6.1.6	Objeto jurídico.....	100
6.1.6.1	Arguição de inelegibilidade no âmbito da ação de impugnação de registro de candidatura – AIRC decorrente de abuso de poder político e/ou de poder econômico (inelegibilidade cominada).....	103

6.1.6.2	Ficha Limpa: a Lei Complementar 135/10 e a restrição à capacidade eleitoral passiva.....	108
6.1.6.2.1	Iniciativa popular e inelegibilidade: a “Ficha Limpa”.....	108
6.1.6.2.2	Da modificação de verbos no Senado Federal.....	110
6.1.6.2.3	Vício formal: o ferimento ao art. 65, parágrafo único, CRB/88.....	110
6.1.6.2.4	Vícios materiais: a irretroatividade da norma mais grave e a presunção de inocência.....	111
6.1.6.2.4.1	Uma norma mais grave.....	111
6.1.6.2.4.2	A presunção de inocência.....	112
6.1.6.2.4.3	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 144.....	112
6.1.6.2.4.4	O princípio da razoabilidade ou proporcionalidade.....	113
6.1.6.2.4.5	A vigência da norma e a regra da anualidade.....	115
6.1.6.2.4.6	Conclusão.....	117
6.1.6.2.4.7	<i>Tollitur questio</i> : decisão do STF nas ADC’s 29, 30 e ADI 4578.....	117
6.1.6.2.4.7.1	Retroatividade: autêntica e inautêntica (retrospectividade).....	118
6.1.6.2.4.7.2	Coisa julgada e direito adquirido.....	119
6.1.6.2.4.7.3	Razoabilidade e moralidade.....	121
6.1.6.2.4.7.4	Presunção de inocência.....	122
6.1.6.2.4.7.5	Constitucionalismo democrático: o <i>backlash</i>	125
6.1.6.2.4.7.6	Inexistência de violação do princípio da proibição ao retrocesso ...	125
6.1.6.2.4.7.7	Necessidade e exigibilidade.....	126
6.1.6.2.4.7.8	Perda e suspensão dos direitos políticos x inelegibilidade.....	126
6.1.6.2.4.7.9	Princípio da proporcionalidade em sentido estrito.....	127
6.1.6.2.4.7.10	Interpretação conforme a lei.....	128
6.1.6.2.4.7.11	Art. 1º, I, “e” e “f”, LC 135/10 e a proibição de excesso: voto vencido.....	128
6.1.6.2.4.7.12	Alínea “k” do art. 1º, I, da Lei Complementar 64/90.....	129
6.1.6.2.4.7.13	Conclusão.....	130
6.1.7	Efeitos jurídicos da sentença que julga a ação de impugnação de registro de candidatura.....	130
6.1.8	Legitimidade ativa.....	132
6.1.8.1	Candidato.....	132
6.1.8.2	Partido Político.....	132
6.1.8.3	Coligação.....	134
6.1.8.4	Ministério Público Eleitoral.....	136
6.1.8.5	Eleitor: ausência de legitimidade e notícia de inelegibilidade.....	139
6.1.9	Legitimidade passiva.....	140
6.1.10	Litisconsórcio.....	140

6.1.10.1	Litisconsórcio ativo.....	141
6.1.10.2	Litisconsórcio passivo	141
6.1.11	Capacidade postulatória.....	143
6.1.12	Competência.....	144
6.1.13	Prazo de propositura	145
6.1.14	Rito processual	149
6.1.14.1	Petição Inicial.....	149
6.1.14.2	Antecipação de Tutela	150
6.1.14.3	Notificação.....	151
6.1.14.4	Contestação.....	152
6.1.14.5	Julgamento antecipado da lide.....	153
6.1.14.6	Audiência de instrução	154
6.1.14.7	Diligências	154
6.1.14.8	Alegações finais.....	155
6.1.14.9	Sentença	155
6.1.15	Recursos	156
6.1.15.1	Efeitos dos recursos	157
6.1.15.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral	158
6.1.15.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral	158
6.1.15.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.....	159
6.1.16	Ação rescisória	159
6.1.17	Súmulas	160
6.1.18	Fluxograma da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC.....	161
6.2	Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE	162
6.2.1	Introdução.....	162
6.2.2	Previsão legal	162
6.2.3	Abuso de poder político e econômico.....	163
6.2.3.1	Atos que caracterizam abuso de poder segundo o TSE	164
6.2.3.2	Atos que não caracterizam abuso de poder segundo o TSE	166
6.2.4	Natureza jurídica	168
6.2.4.1	Ação cognitiva com carga desconstitutiva e declaratória	168
6.2.4.2	Ação cognitiva com provimento de natureza cautelar e constitutiva (com efeitos positivo e negativo).....	168
6.2.5	Bem jurídico	169
6.2.6	Objeto jurídico.....	170
6.2.7	Efeitos jurídicos.....	171
6.2.8	Requisitos.....	177
6.2.8.1	Conduta.....	178
6.2.8.2	Proporcionalidade do ato	178

6.2.9	Legitimidade ativa.....	180
6.2.9.1	Candidato.....	180
6.2.9.2	Partido Político.....	180
6.2.9.3	Coligação.....	181
6.2.9.4	Ministério Público Eleitoral.....	183
6.2.9.5	A legitimidade ativa e o eleitor.....	185
6.2.10	Legitimidade passiva.....	186
6.2.11	Litisconsórcio.....	187
6.2.11.1	Litisconsórcio ativo.....	187
6.2.11.2	Litisconsórcio passivo.....	187
6.2.11.2.1	Litisconsórcio passivo nas eleições proporcionais.....	188
6.2.11.2.2	Litisconsórcio passivo nas eleições majoritárias.....	189
6.2.12	Assistência.....	193
6.2.13	Capacidade postulatória.....	194
6.2.14	Competência.....	195
6.2.15	Prazo de propositura.....	195
6.2.16	Rito processual.....	198
6.2.17	Fase postulatória.....	199
6.2.17.1	Petição Inicial.....	199
6.2.17.2	Cumulação de pedidos.....	201
6.2.17.3	Litispêndência.....	206
6.2.17.4	Antecipação de Tutela e Medida Cautelar.....	207
6.2.17.5	Notificação.....	208
6.2.17.6	Contestação.....	209
6.2.17.7	Reconvenção.....	209
6.2.17.8	Julgamento antecipado da lide.....	210
6.2.18	Das provas.....	211
6.2.18.1	Meios de prova admissíveis.....	211
6.2.18.2	Meios de prova inadmissíveis.....	212
6.2.18.2.1	Prova ilícita.....	213
6.2.18.2.2	Depoimento pessoal e confissão.....	214
6.2.18.3	Audiência de instrução.....	215
6.2.18.4	Diligências.....	215
6.2.18.5	Alegações finais.....	216
6.2.19	Sentença.....	217
6.2.20	Recursos.....	218
6.2.20.1	Decisões Interlocutórias.....	219
6.2.20.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral.....	220
6.2.20.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral.....	221

6.2.20.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral	222
6.2.21	Ação rescisória	223
6.2.22	Fluxograma da Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE	224
6.3	Ação de Captação e/ou Gastos Ilícitos de Recursos – Art. 30-A.....	225
6.3.1	Introdução.....	225
6.3.2	Previsão legal	225
6.3.3	Caracterização da arrecadação e gastos ilícitos de recursos de campanha eleitoral.....	226
6.3.3.1	Arrecadação ilícita de recursos de campanha eleitoral	226
6.3.3.2	Gastos ilícitos de recursos de campanha eleitoral	228
6.3.4	Natureza jurídica	229
6.3.5	Bem jurídico	229
6.3.6	Objeto jurídico.....	230
6.3.7	Efeitos jurídicos.....	230
6.3.8	Proporcionalidade do ato	232
6.3.9	Legitimidade ativa	233
6.3.10	Legitimidade passiva	234
6.3.11	Litisconsórcio e assistência.....	237
6.3.12	Capacidade postulatória.....	237
6.3.13	Competência.....	237
6.3.14	Prazo para propositura	238
6.3.15	Rito processual	240
6.3.16	Sentença.....	241
6.3.17	Recursos	242
6.3.17.1	Decisões Interlocutórias.....	243
6.3.17.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral	243
6.3.17.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral	244
6.3.17.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral	245
6.3.18	Ação rescisória	246
6.3.19	Fluxograma da Ação de Captação e/ou Gastos Ilícitos de Recursos.....	247
6.4	Representação por Doação de Campanha Eleitoral Acima do Limite Legal.....	248
6.4.1	Previsão legal	248
6.4.2	Limites para doação de pessoa física e pessoa jurídica.....	249
6.4.3	Natureza jurídica	249
6.4.4	Bem jurídico	249
6.4.5	Efeitos Jurídicos	249
6.4.6	Proporcionalidade do ato	250
6.4.7	Legitimidade ativa	251
6.4.8	Legitimidade passiva	251

6.4.9	Capacidade postulatória	251
6.4.10	Competência	251
6.4.11	Prazo para propositura	252
6.4.12	Rito processual	252
6.4.13	Sentença	254
6.4.14	Recursos	254
6.4.15	Ação rescisória	255
6.4.16	Fluxograma da Representação por Doação de Campanha Acima do Limite Legal	256
6.5	Ação de Captação Ilícita de Sufrágio – Art. 41-A	257
6.5.1	Introdução	257
6.5.2	Previsão legal	257
6.5.3	Conceito	258
6.5.3.1	Atos que caracterizam captação ilícita de sufrágio segundo o TSE	259
6.5.3.2	Atos que não caracterizam captação ilícita de sufrágio segundo o TSE	259
6.5.4	Natureza jurídica	260
6.5.5	A regra da independência das instâncias na seara eleitoral e a possibilidade de suspensão do feito cível-eleitoral	261
6.5.6	Constitucionalidade do art. 41-A da Lei 9.504/97	264
6.5.7	Bem jurídico	268
6.5.8	Objeto jurídico	270
6.5.9	Efeitos jurídicos	270
6.5.9.1	Invalidez das eleições e eleições indiretas	272
6.5.10	Requisitos	277
6.5.10.1	Conduta	277
6.5.10.1.1	Coação com o fim de obter o voto	279
6.5.10.2	A existência de uma pessoa física	280
6.5.10.3	Finalidade específica de obter o voto	281
6.5.10.4	A oferta de qualquer bem ou vantagem (proveito)	281
6.5.10.5	O lapso temporal	282
6.5.10.6	Prova robusta	282
6.5.10.7	Potencialidade lesiva e nexó de causalidade	283
6.5.11	Legitimidade ativa	283
6.5.12	Legitimidade passiva	284
6.5.13	Litisconsórcio e assistência	284
6.5.14	Capacidade postulatória	284
6.5.15	Competência	284
6.5.16	Prazo de propositura	286

6.5.17	Rito processual	287
6.5.17.1	Petição Inicial.....	288
6.5.17.2	Desistência, conexão e continência, cumulação de pedidos e litisconsórcio	289
6.5.17.3	Litispendência.....	291
6.5.17.4	Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	291
6.5.17.5	Notificação.....	293
6.5.17.6	Contestação.....	293
6.5.17.7	Julgamento antecipado da lide.....	293
6.5.17.8	Meios de prova admissíveis.....	294
6.5.17.8.1	Meios de prova inadmissíveis	294
6.5.17.9	Audiência de instrução	295
6.5.17.10	Diligências	295
6.5.17.11	Alegações finais.....	295
6.5.18	Sentença.....	296
6.5.19	Recursos	297
6.5.19.1	Decisões Interlocutórias.....	298
6.5.19.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral	299
6.5.19.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral	300
6.5.19.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral	301
6.5.20	Ação rescisória	302
6.5.21	Fluxograma da Ação de Captação Ilícita de Sufrágio.....	303
6.6	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME	304
6.6.1	Introdução.....	304
6.6.2	Previsão Legal	305
6.6.3	A Lei Complementar 135/10 e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME.....	305
6.6.4	Natureza Jurídica.....	307
6.6.5	Bem jurídico	307
6.6.6	Objeto jurídico.....	308
6.6.7	Cabimento	309
6.6.7.1	Abuso de Poder Econômico	309
6.6.7.2	Corrupção.....	312
6.6.7.3	Fraude.....	313
6.6.8	Potencialidade lesiva	313
6.6.9	Efeitos jurídicos da sentença que julga a ação de impugnação de mandato eletivo	314
6.6.10	Legitimidade ativa	315
6.6.11	Legitimidade passiva	317

6.6.12	Litisconsórcio.....	317
6.6.13	Capacidade postulatória	319
6.6.14	Competência	319
6.6.15	Prazo de propositura.....	319
6.6.16	Rito processual.....	320
6.6.16.1	Segredo de Justiça.....	320
6.6.16.1.1	A liberdade de informação e os direitos humanos	320
6.6.16.1.2	A origem da liberdade de imprensa.....	321
6.6.16.1.2.1	A liberdade de imprensa no Brasil	321
6.6.16.1.3	A liberdade de imprensa e o direito à intimidade	322
6.6.16.1.3.1	O princípio da proporcionalidade e a inexistência de direitos absolutos	323
6.6.16.1.4	Os princípios da interpretação constitucional	324
6.6.16.1.5	Conflito entre princípios.....	325
6.6.16.1.6	Liberdade de imprensa x direito à intimidade: as pessoas públicas.....	327
6.6.16.1.7	Posicionamentos	329
6.6.16.2	Litispêndência.....	330
6.6.16.3	Petição Inicial	331
6.6.16.4	Prova pré-constituída	331
6.6.16.5	Antecipação de Tutela e medida cautelar.....	332
6.6.16.6	Citação	332
6.6.16.7	Contestação.....	332
6.6.16.8	Julgamento antecipado da lide.....	332
6.6.16.9	Provas.....	333
6.6.16.10	Audiência de instrução	334
6.6.16.11	Diligências	335
6.6.16.12	Alegações finais.....	335
6.6.16.13	Desistência	335
6.6.17	Sentença	335
6.6.17.1	Ônus da sucumbência	337
6.6.18	Recursos.....	337
6.6.19	Dos efeitos do recurso interposto da sentença	338
6.6.20	Fluxograma da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME.....	340
6.7	Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED	341
6.7.1	A diplomação.....	341
6.7.2	Recurso Contra a Expedição de Diploma.....	345
6.7.3	Natureza jurídica	345
6.7.4	Finalidade.....	346
6.7.5	Competência	346

6.7.6	Procedimento.....	348
6.7.7	Capacidade postulatória.....	349
6.7.8	Legitimidade ativa e interesse processual.....	349
6.7.9	Litisconsórcio passivo – eleições majoritárias.....	351
6.7.10	Litisconsórcio passivo – eleições proporcionais.....	352
6.7.11	Assistente.....	352
6.7.12	Hipóteses de cabimento.....	352
6.7.12.1	Art. 262, I, CE.....	352
6.7.12.2	Inelegibilidades e preclusão.....	353
6.7.12.3	Art. 262, II e III, CE.....	355
6.7.12.4	Art. 262, IV, CE.....	356
6.7.13	Prova pré-constituída.....	357
6.7.14	Ônus da prova.....	359
6.7.15	Ônus da contraprova.....	360
6.7.16	Desistência.....	361
6.7.17	Litispêndência.....	362
6.7.18	Sentença com resolução de mérito.....	362
6.7.19	Efeitos da sentença face à interposição de recurso.....	363
6.7.20	Recurso da decisão que julga o Recurso Contra a Expedição do Diploma.....	363
6.7.21	Fluxograma de Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED.....	364
6.8	Ação por Condutas Vedadas a Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais.....	365
6.8.1	Introdução.....	365
6.8.2	Conduta vedada.....	366
6.8.3	A constitucionalidade da norma do art. 77, Lei 9.504/97.....	366
6.8.4	Agentes públicos.....	367
6.8.5	Potencialidade lesiva.....	368
6.8.6	As condutas vedadas em espécie.....	369
6.8.6.1	Cessão ou uso de bens públicos.....	369
6.8.6.2	Uso de bens ou serviços públicos.....	371
6.8.6.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral.....	372
6.8.6.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos.....	372
6.8.6.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público.....	373
6.8.6.6	Transferência de recursos, propaganda institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão (art. 73, VI, “a”, “b” e “c”).....	375
6.8.6.6.1	Transferência voluntária de recursos.....	375
6.8.6.6.2	Propaganda institucional em período eleitoral (art. 73, VI, “b”).....	375
6.8.6.6.3	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão (art. 73, VI, “c”).....	376

6.8.6.6.4 Proibição de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública (art. 73, § 10)	377
6.8.6.6.5 Propaganda institucional (art. 74).....	377
6.8.6.6.6 Realização de despesas que excedam a média com publicidade (art. 73, VII)	378
6.8.6.6.7 Revisão geral na remuneração dos servidores (art. 73, VIII)	378
6.8.6.6.8 Contratação de shows	379
6.8.7 Representação	379
6.8.8 Prazo para o ajuizamento	380
6.8.9 Causa de pedir e pedido	380
6.8.10 Litisconsórcio.....	381
6.8.11 Medida cautelar.....	381
6.8.12 Efeitos da sentença.....	381
6.8.13 Recurso	381
6.8.14 Fluxograma da Ação por Condutas Vedadas a Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais	382
6.9 Representação por Propaganda Eleitoral Irregular	383
6.9.1 Introdução	383
6.9.2 Propaganda eleitoral.....	385
6.9.2.1 A função da Justiça Eleitoral.....	386
6.9.2.2 A fiscalização da propaganda irregular	386
6.9.2.3 O que é PERMITIDO.....	386
6.9.2.3.1 O que é PERMITIDO até a véspera da eleição.....	387
6.9.2.4 O que é PROIBIDO em termos de PROPAGANDA.....	388
6.9.2.5 É PERMITIDO	390
6.9.2.6 O que é PERMITIDO e PROIBIDO no dia da eleição, primeiro e segundo turnos	390
6.9.2.7 Propaganda política por meio da Internet	391
6.9.3 Representação por propaganda eleitoral.....	391
6.9.4 Competência	392
6.9.5 Prazo para o ajuizamento	393
6.9.6 Petição inicial.....	395
6.9.7 Legitimidade ativa.....	395
6.9.8 Legitimidade passiva.....	397
6.9.9 Medida liminar.....	398
6.9.10 Notificação.....	400
6.9.11 Defesa	400
6.9.12 Fase probatória.....	400
6.9.13 Litisconsórcio e assistência	401

6.9.14	Ministério Público	402
6.9.15	Desistência.....	402
6.9.16	Sentença.....	402
6.9.17	Recurso.....	402
6.9.18	Intimação	402
6.9.19	Alegações finais e julgamento	403
6.9.20	Recurso.....	403
6.9.21	Fluxograma da Representação Eleitoral por Propaganda Irregular.....	404
6.10	Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária	405
6.10.1	Ativismo Judicial na Justiça Eleitoral: Fidelidade Partidária.....	405
6.10.1.1	Introdução	405
6.10.1.2	Ativismo judicial.....	405
6.10.1.3	Das razões que contribuíram para o surgimento do ativismo judicial... 407	
6.10.1.3.1	Do Estado Liberal ao Estado Social: a origem do <i>ativismo judicial</i> ... 407	
6.10.1.3.2	O nascimento: o controle de constitucionalidade das normas do direito norte-americano	409
6.10.1.4	Juízes legisladores.....	409
6.10.1.4.1	Justificativas da criação judicial do direito	409
6.10.1.4.2	O STF como <i>legislador positivo</i>	412
6.10.1.4.3	Ativismo judicial e judicialização da política	413
6.10.1.4.4	Objetivos do ativismo judicial	415
6.10.1.4.5	Críticas ao ativismo: balizamentos e autocontenção judicial.....	416
6.10.1.4.6	Técnicas de autocontenção judicial	417
6.10.1.4.7	Fidelidade Partidária	418
6.10.1.4.7.1	Introdução	418
6.10.1.4.7.2	A fidelidade partidária	419
6.10.1.4.7.3	O regime anterior à Resolução 22.610, TSE: o mandato pertence ao mandatário	420
6.10.1.4.7.4	A mutação constitucional no entendimento do STF: o mandato pertence ao partido	423
6.10.1.4.7.5	Ação para perda de mandato decorrente da fidelidade partidária: a Resolução 22.610/07.....	427
6.10.1.4.7.6	A constitucionalidade da Resolução.....	428
6.10.1.4.7.7	Ações manejáveis face à Resolução 22.610/07.....	429
6.10.1.4.7.8	Justa Causa.....	429
6.10.1.4.7.9	Prazo para o exercício do direito de ação.....	431
6.10.1.4.7.10	Legítimos	431
6.10.1.4.7.11	Competência	433
6.10.1.4.7.12	Petição inicial.....	433

6.10.1.4.7.13 Antecipação de tutela.....	434
6.10.1.4.7.14 Prazo para a defesa e revelia	434
6.10.1.4.7.15 Ministério Público	435
6.10.1.4.7.16 Do Julgamento antecipado da lide	435
6.10.1.4.7.17 Do saneamento do processo e a produção de provas.....	435
6.10.1.4.7.18 Alegações finais: a sustentação oral.....	436
6.10.1.4.7.19 O julgamento pelo Colegiado.....	436
6.10.1.4.7.20 A irrecorribilidade das interlocutórias.....	437
6.10.1.4.7.21 O julgamento final.....	437
6.10.1.4.7.22 Prazo para julgamento	437
6.10.1.4.7.23 Aplicação aos casos concretos	437
6.10.1.4.7.24 Fluxograma da Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária.....	438
6.11 Ação Rescisória Eleitoral	439
6.11.1 Noções	439
6.11.2 Ação Rescisória Eleitoral.....	439
VII – DOS RECURSOS.....	445
7.1 Teoria Geral dos Recursos.....	445
7.1.1 Meios de Impugnação das decisões judiciais	445
7.1.2 Princípios	445
7.1.3 Dos princípios informativos	446
7.1.4 Os princípios gerais ou fundamentais	446
7.1.4.1 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	447
7.1.5 Regras	447
7.1.5.1 Regra da taxatividade	447
7.1.5.2 Regra da singularidade ou da unirecorribilidade ou da unicidade	447
7.1.5.3 Regra da fungibilidade.....	448
7.1.5.3.1 Requisitos: dúvida objetiva e a inexistência de erro grosseiro	448
7.1.5.4 Regra da dialeticidade ou discursividade	449
7.1.5.5 Regra da voluntariedade	450
7.1.5.6 Regra da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	450
7.1.5.7 Regra da complementaridade	450
7.1.5.8 Regra da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	451
7.1.5.9 Regra da consumação	451
7.1.6 Conceito de recurso.....	451
7.1.7 Natureza jurídica do recurso	452
7.1.7.1 Teoria do recurso como ação autônoma.....	452
7.1.7.2 Teoria do recurso como modalidade do direito de ação	452

7.1.8	Do recurso e as ações autônomas de impugnação	452
7.1.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	453
7.1.9.1	Pressupostos de admissibilidade dos recursos (objeto do juízo de admissibilidade)	454
7.1.9.1.1	Pressupostos de admissibilidade intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse).....	454
7.1.9.1.1.1	Cabimento	454
7.1.9.1.1.2	Legitimidade para recorrer	454
7.1.9.1.1.3	Interesse em recorrer.....	455
7.1.9.2	Pressupostos de admissibilidade extrínsecos	455
7.1.9.2.1	Tempestividade.....	455
7.1.9.2.2	Regularidade formal	456
7.1.9.2.3	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer	456
7.1.9.3	Juízo de mérito.....	457
7.1.9.3.1	A causa de pedir recursal: o <i>error in procedendo</i> e o <i>error in judicando</i>	457
7.1.9.3.2	Julgamento rescidente e julgamento substitutivo.....	458
7.1.10	Dos efeitos dos recursos	459
7.1.10.1	Do efeito devolutivo	459
7.1.10.2	Da extensão do efeito devolutivo	461
7.1.10.3	Do efeito suspensivo ou obstativo	462
7.1.10.4	Do efeito expansivo	462
7.1.10.5	Do efeito translativo.....	463
7.1.10.6	Do efeito regressivo, de retratação ou diferido	463
7.1.11	Sucedâneos recursais	463
7.2	Teoria Específica dos Recursos no Direito Eleitoral.....	465
7.2.1	Os recursos eleitorais.....	465
7.2.2	Princípios Infraconstitucionais/regras recursais ínsitos ao Direito Eleitoral ...	466
7.2.2.1	Princípio da irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	466
7.2.2.2	Regra da devolutividade dos recursos: o efeito meramente devolutivo.....	467
7.2.2.3	A regra da irrecorribilidade das interlocutórias no juízo monocrático e o manejo do agravo de instrumento na seara eleitoral	473
7.2.2.4	Regra da preclusão instantânea.....	477
7.2.3	Espécies de recursos eleitorais.....	478
7.2.3.1	Impugnação e recurso: hipóteses distintas	478
7.2.4	Características dos recursos eleitorais	480
7.2.5	Prazos para a interposição dos recursos eleitorais	480

7.2.6	Sustentação oral	483
7.2.7	Ponderações acerca do efeito suspensivo	485
7.2.7.1	O efeito suspensivo nas ações de Recurso Contra a Expedição de Diploma – RCED e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME: o art. 216, CE	485
7.2.7.2	Inexistência de preparo	489
7.2.8	O art. 15, LC 64/90	489
7.2.9	As Resoluções dos Tribunais Eleitorais	490
7.2.10	A produção de provas na fase recursal	492
7.2.11	Atos administrativos e recurso	492
7.2.12	A supressão de instância do direito eleitoral	493
7.2.13	Recurso eleitoral em matéria constitucional: recurso extraordinário e preclusão	495
7.2.14	Recursos parciais e prevenção	496
7.2.15	O Prejulgado e a necessidade de mutação constitucional face ao novo paradigma do <i>stare decisis</i> no direito brasileiro	497
7.2.16	Consultas	501
7.2.17	Reclamação e representação no direito eleitoral	504
7.2.18	Reclamação	506
7.2.19	Reexame necessário ou condição de eficácia da sentença no direito eleitoral	508
7.2.20	Cabimento recursal conforme o grau de jurisdição	509
7.2.20.1	Recursos das decisões dos juízes eleitorais	509
7.2.20.2	Recursos das decisões das juntas eleitorais	510
7.2.20.3	Recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	511
7.2.20.4	Recurso das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	512
7.2.21	Desistência do recurso e prosseguimento por parte do Ministério Público	513
7.2.22	Juntada de documentos	513
7.2.23	Preclusão recursal e matéria constitucional	515
7.2.24	Preclusão e RCED	516
7.3	Dos Recursos Eleitorais em Espécie	516
7.3.1	Recurso Inominado	516
7.3.1.1	Prazo e processamento	518
7.3.1.2	Juízo de retratação	521
7.3.1.3	Recurso inominado e representação por propaganda ilícita nas eleições municipais	521
7.3.1.4	Recurso inominado e representação por propaganda ilícita nas eleições estaduais e federais	523
7.3.2	Recursos de cognição estrita	524

7.3.2.1	Recurso Especial Eleitoral.....	526
7.3.2.1.1	A apreciação do recurso especial pelo relator.....	531
7.3.2.1.2	Prazo.....	532
7.3.2.1.3	Processamento.....	533
7.3.2.1.4	Recurso especial e agravo regimental.....	533
7.3.2.1.5	Recurso retido.....	534
7.3.2.1.6	Recursos ordinário, especial e fungibilidade.....	534
7.3.2.1.7	Interposição simultânea.....	535
7.3.2.2	Recurso ordinário.....	536
7.3.2.2.1	Previsão e cabimento.....	536
7.3.2.2.2	Pressuposto recursal específico: a colegialidade.....	537
7.3.2.2.3	Prazo.....	538
7.3.2.2.4	Contrarrazões.....	538
7.3.2.2.5	Interposição via fax (<i>fac-simile</i>) ou telex.....	538
7.3.2.3	Recurso extraordinário.....	540
7.3.2.3.1	Prazo.....	541
7.3.2.4	Repercussão geral no Recurso Extraordinário.....	542
7.3.2.5	Agravo de instrumento em caso de denegação do recurso extraordinário e especial: o agravo de instrumento eleitoral.....	544
7.3.2.5.1	Características.....	545
7.3.2.5.2	Prazo de interposição.....	547
7.3.2.5.3	Formação do instrumento.....	547
7.3.2.6	Embargos de declaração.....	547
7.3.2.6.1	Prazo de interposição.....	549
7.3.2.6.2	Características.....	549
7.3.2.6.3	O efeito dos embargos de declaração: suspensão ou interrupção do prazo?.....	550
7.3.2.6.4	Suspensão dos efeitos da decisão: o efeito suspensivo.....	551
7.3.2.7	Recursos parciais.....	551
7.3.2.8	Prazo em caso de direito de resposta.....	552

REFERÊNCIAS.....	553
-------------------------	------------

ANEXO.....	559
-------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO.....	561
-------------------------------	------------